

em destaque:

## PE recomenda medidas na fiscalidade

O Parlamento Europeu aprovou, por 444 votos a favor, 110 contra e 41 abstenções, um relatório da comissão parlamentar dos Assuntos Económicos que avança com uma série de **medidas para reforçar a luta contra a fraude fiscal, a evasão fiscal, a elisão fiscal, o planeamento fiscal agressivo e os paraísos fiscais.**

Os eurodeputados recomendam, por exemplo:

- a abolição definitiva do **sigilo bancário** na UE a partir de junho de 2015;
- a criação de um **código dos contribuintes europeus** para reforçar a cooperação e a confiança entre as administrações fiscais e os contribuintes e assegurar uma transparência redobrada sobre os direitos e as obrigações dos contribuintes;
- a investigação pela Comissão de todos os casos de "**tax rulings**" para apurar se estes não violam as regras da UE em matéria de auxílios estatais proporcionando benefícios fiscais seletivos a algumas empresas;
- a apresentação de uma proposta de posição comum da UE e um conjunto alargado de critérios detalhados para a definição dos **paraísos fiscais**, bem como sanções coordenadas a impor aos paraísos fiscais não cooperantes;
- a elaboração de uma **lista negra** dos paraísos fiscais e dos países que distorçam a concorrência com condições fiscais favoráveis, que inclua os que estão no interior da UE, até 31 de junho de 2015;
- a enumeração pelos Estados-Membros nos seus programas nacionais de reformas de todas as **isenções fiscais** concedidas às empresas;

ver pág. 5

## Germanwings e Tunísia

A sessão plenária de Bruxelas começou com um minuto de silêncio pelas **vítimas do acidente aéreo de ontem nos Alpes franceses** e pelas vítimas do **ataque terrorista da semana passada na Tunísia.**

ver pág.3

## Ajuda à Ucrânia

O Parlamento Europeu aprovou a proposta da Comissão de conceder 1,8 mil milhões de euros adicionais em **assistência macrofinanceira à Ucrânia**, sob a forma de empréstimos a médio prazo.

ver pág.4

## Marinho e Pinto vai a Tribunal

O Parlamento Europeu decidiu **levantar a imunidade de António Marinho e Pinto** para que o eurodeputado possa ser julgado num processo por difamação que lhe foi instaurado quando era bastonário da Ordem dos Advogados.

ver pág. 3

## Índice

<b>Parlamento Europeu respeita minuto de silêncio pelas vítimas do acidente aéreo da Germanwings e do ataque terrorista na Tunísia.....</b>	<b>3</b>
<b>Parlamento Europeu levanta imunidade de António Marinho e Pinto.....</b>	<b>3</b>
<b>Eurodeputados aprovam assistência macrofinanceira de 1,8 mil milhões de euros à Ucrânia.....</b>	<b>4</b>
<b>Parlamento Europeu avança com medidas para melhorar fiscalidade na UE...5</b>	
<b>Ordem do dia da Sessão.....</b>	<b>8</b>

### *Siglas dos Grupos Políticos:*

**PPE**- Partido Popular Europeu  
**S&D**- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas  
**ALDE**- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa  
**Verdes/ALE**- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia  
**CRE**- Conservadores e Reformistas Europeus  
**CEUE/EVN**- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica  
**ELDD**- Europa da Liberdade e da Democracia Directa

*Responsável: Fernando Vaz das Neves*

*Fontes:*

*Serviço de Imprensa do PE*

*Serviço de Imprensa do GEPSD*

*site [www.carloscoelho.eu](http://www.carloscoelho.eu)*

## **Parlamento Europeu respeita minuto de silêncio pelas vítimas do acidente aéreo da Germanwings e do ataque terrorista na Tunísia**

Os eurodeputados fizeram um minuto de silêncio pelas vítimas do acidente aéreo de ontem nos Alpes franceses e pelas vítimas do ataque terrorista da semana passada na Tunísia. Os grupos políticos vão também debater o ataque terrorista em Tunes com a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, Federica Mogherini, às 19h00.

Na abertura da sessão plenária que hoje decorre em Bruxelas, o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, enviou as suas condolências às famílias das vítimas do acidente aéreo da Germanwings. O avião levava 150 pessoas a bordo, entre elas seis membros da tripulação e um grupo de estudantes alemães. *"Todo o meu país está em choque, como está a Espanha, a Turquia e outros países"*, disse Martin Schulz.

O presidente do Parlamento Europeu lembrou também o ataque terrorista de 18 de março na Tunísia, que é prova de um *"fundamentalismo fanático"*, disse.

## **Parlamento Europeu levanta imunidade de António Marinho e Pinto**

O Parlamento Europeu decidiu levantar a imunidade de António Marinho e Pinto para que o eurodeputado possa ser julgado num processo por difamação que lhe foi instaurado quando era bastonário da Ordem dos Advogados. *"As acusações não estão manifestamente relacionadas com as funções de António Marinho e Pinto enquanto deputado ao Parlamento Europeu (...) resultam do seu anterior cargo na qualidade de bastonário da Ordem dos Advogados Portugueses"*, diz o relatório hoje aprovado em plenário.

António Marinho e Pinto é acusado pelo crime de difamação de antigos funcionários da Ordem dos Advogados Portugueses.

*"O facto por que fui acusado e vou ser julgado é o de, em 2012, ter criticado, enquanto presidente da Ordem dos Advogados Portugueses [OAP], uma anterior decisão do órgão disciplinar da própria Ordem que absolvera um seu antigo dirigente. O processo disciplinar havia sido instaurado devido a uma queixa de um juiz contra um antigo presidente da OAP, tendo este acabado por ser absolvido. Numa polémica com esse ex-presidente, eu recordei o processo disciplinar que lhe tinha sido instaurado e critiquei o órgão disciplinar que o absolvera dizendo que «... em regra, esse tipo de comportamento só constituía infração disciplinar quando visava advogados mais modestos, de preferência da província». Este foi o meu crime. Sublinhe-se que, anteriormente, outros advogados tinham sido sancionados por comportamentos iguais ao do dirigente da OAP cuja absolvição eu criticara.*

*Devo esclarecer que eu próprio pedi, na comissão JURI [comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos], que me fosse levantada a imunidade porquanto em circunstância alguma aceitaria beneficiar dessa prerrogativa, muito menos por factos ocorridos antes de eu ser eleito deputado. Acho que um deputado, como qualquer outro agente político, não se deve sentir*

*diminuído por responder em tribunal, mesmo quando a acusação é injusta e não respeita a lei. Sei defender-me e fá-lo-ei reafirmando um dos valores por que sempre lutei em toda a minha vida: a liberdade de expressão e o direito de crítica", disse Marinho e Pinto.*

O relatório ontem aprovado por unanimidade na comissão parlamentar dos Assuntos Jurídicos afirma que *"as alegadas ações não dizem respeito a opiniões ou votos expressos no exercício das funções de deputado ao Parlamento Europeu"*.

Também *"não há suspeitas de qualquer tentativa de obstrução dos trabalhos parlamentares de António Marinho e Pinto (fumus persecutionis) na origem dos processos que, de facto, tiveram início antes de ter tomado posse"* na assembleia europeia, acrescenta o documento.

O pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Marinho e Pinto foi apresentado por um juiz do tribunal da comarca de Coimbra em 8 de outubro e comunicado pelo presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, na sessão plenária de 12 de novembro do ano passado.

## **Eurodeputados aprovam assistência macrofinanceira de 1,8 mil milhões de euros à Ucrânia**

**O Parlamento Europeu aprovou a proposta da Comissão de conceder 1,8 mil milhões de euros adicionais em assistência macrofinanceira à Ucrânia, sob a forma de empréstimos a médio prazo. A assistência da UE visa ajudar o país a cobrir parte das suas necessidades de financiamento externo em 2015 e no início de 2016, no contexto do programa do FMI.**

Os esforços de reforma da Ucrânia têm sido dificultados pela persistência do conflito armado no leste do país, pelo aumento das restrições comerciais impostas pela Rússia e pela escalada do litígio sobre o gás natural entre os dois países. A recessão económica e a fuga de capitais têm sido mais acentuadas do que inicialmente previsto, o que resultou numa forte depreciação da moeda e numa diminuição das reservas internacionais. Surgiu, assim, um importante défice de financiamento externo suplementar em 2015 e no início de 2016.

Como a Ucrânia perdeu o acesso aos mercados internacionais de dívida, este défice só pode ser colmatado através de assistência financeira suplementar, explica o relator da comissão parlamentar do Comércio Internacional, Gabrielius Landsbergis (PPE, LT).

*Esta assistência "contribuirá para os objetivos da UE de promover a estabilidade e o desenvolvimento económicos na Ucrânia e, de um modo geral, na região oriental da Política Europeia de Vizinhança. Através da condicionalidade, o programa contribuirá também para reforçar os compromissos assumidos em matéria de reformas económicas pelo governo ucraniano", afirma.*

O Parlamento Europeu aprovou a proposta da Comissão, sem alterações, por 492 votos a favor, 107 contra e 13 abstenções, permitindo assim que duas das três parcelas da assistência sejam disponibilizadas ainda em 2015.

A assistência macrofinanceira da UE complementa a assistência de outros doadores no contexto do programa económico do FMI.

**Intervenção de eurodeputados portugueses no debate**

**Inês Zuber (CEUE/EVN)** "*Senhora Presidente, a União Europeia encoraja a Ucrânia para concretizar projetos de reformas. Tal expressão até poderia ser comovente senão soubéssemos que reformas estão previstas. É a tal condicionalidade que muitos países que receberam a troika já conhecem tão bem: privatizações, livre circulação de capitais para alargar o mercado interno, reformas laborais mais condicentes com o paradigma moderno da União Europeia e do FMI, chamada mão de obra barata e sem direitos. Aliás, tanto era a vontade da União Europeia de "ajudar" a Ucrânia que até apoiou e incitou um golpe veiculado por forças nacionalistas, fascistas e neonazis, situação que desembocaria, naturalmente, na calamidade económica e social, consequência da guerra. E, mais uma vez, um pretexto para a União Europeia ajudar o povo ucraniano. Com amigos destes, quem é que necessita de inimigos?"*

## Parlamento Europeu avança com medidas para melhorar fiscalidade na UE

O Parlamento Europeu aprovou, por 444 votos a favor, 110 contra e 41 abstenções, um relatório da comissão parlamentar dos Assuntos Económicos que avança com uma série de medidas para reforçar a luta contra a fraude fiscal, a evasão fiscal, a elisão fiscal, o planeamento fiscal agressivo e os paraísos fiscais.

Os eurodeputados recomendam, por exemplo:

- a **abolição definitiva do sigilo bancário** na UE a partir de junho de 2015;
- a criação de um **código dos contribuintes europeus** para reforçar a cooperação e a confiança entre as administrações fiscais e os contribuintes e assegurar uma transparência redobrada sobre os direitos e as obrigações dos contribuintes;
- a **investigação** pela Comissão **de todos os casos de "tax rulings"** para apurar se estes não violam as regras da UE em matéria de auxílios estatais proporcionando benefícios fiscais seletivos a algumas empresas;
- a apresentação de uma proposta de posição comum da UE e um conjunto alargado de critérios detalhados para a **definição dos paraísos fiscais**, bem como **sanções** coordenadas a impor aos paraísos fiscais não cooperantes;
- a elaboração de uma **lista negra dos paraísos fiscais** e dos países que distorçam a concorrência com condições fiscais favoráveis, que inclua os que estão no interior da UE, até 31 de junho de 2015;
- a enumeração pelos Estados-Membros nos seus programas nacionais de reformas de todas as **isenções fiscais concedidas às empresas**;
- a **recuperação** pelos Estados-Membros de qualquer tipo de **apoio público concedido às empresas** quando estas estiverem envolvidas na violação das normas fiscais da UE;
- a apresentação pela Comissão de propostas concretas com vista a **resolver a questão do diferencial de tributação do IVA** para combater a fraude fiscal e a evasão fiscal;
- a introdução de um compromisso e objetivos tangíveis para **reduzir o diferencial de tributação para metade** até 2020;

- o **pagamento dos impostos** tem de realizar-se nos **países onde os serviços públicos são consumidos** (os eurodeputados condenam veementemente as políticas fiscais agressivas que incitam os contribuintes a transferirem a sua base tributável para fora dos países onde consomem serviços públicos ou beneficiam de mão de obra que os utiliza);
- a criação de um **Imposto sobre as Transações Financeiras** ambicioso;
- a apresentação de uma proposta de diretiva da UE sobre a **luta contra a erosão da base tributável e a transferência de lucros** até finais de junho de 2015;
- a deslocação da **carga fiscal do trabalho** para outras formas de tributação sustentável, a fim de garantir contribuições equitativas por todos os setores económicos e financeiros e com vista a promover o crescimento e a criação de emprego;
- a aceitação rápida pelos Estados-Membros da **obrigatoriedade de uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades** (MCCCIS), numa primeira fase, para as empresas europeias e para as sociedades cooperativas europeias e, numa segunda fase, para as restantes empresas exceto as micro, pequenas e médias empresas;
- a ponderação das possibilidades de introdução de uma **taxa mínima do imposto sobre o rendimento das sociedades** enquanto instrumento para reduzir a concorrência fiscal prejudicial;
- a afetação de **recursos adequados às administrações fiscais nacionais** e às autoridades responsáveis pela auditoria fiscal (os eurodeputados manifestam-se preocupados pelo facto de as reformas nacionais em alguns Estados-Membros terem conduzido a insuficiências em termos de pessoal e afetação de recursos, salientado que "o aumento das receitas, em consequência de um adequado aumento dos níveis de afetação de recursos e de pessoal, será superado pelas receitas fiscais adicionais");
- a obrigação que incumbe aos Estados-Membros que receberam ou solicitam ajuda financeira de aplicar medidas para reforçar e melhorar a sua capacidade de cobrar impostos e de lutar contra a fraude fiscal e a evasão fiscal deve ser alargada de modo a incluir medidas de **combate ao branqueamento de capitais**, à elisão fiscal e ao planeamento fiscal agressivo.

Todos os anos, perde-se um bilião de euros de potenciais receitas fiscais na UE devido à fraude fiscal e à elisão fiscal.

#### **Intervenção de eurodeputados portugueses no debate**

**Elisa Ferreira (S&D)** "*Senhor Comissário, no meu país, Portugal, como em muitos outros, uma pequena empresa que tenha conseguido sobreviver à crise, para além de dificilmente conseguir crédito, tem de pagar 23% de imposto sobre os seus lucros. Ao mesmo tempo, várias grandes empresas multinacionais, como a Amazon, a Starbucks ou a IKEA, conseguem, alegadamente, pagar taxas de pouco mais de 1%, jogando com as diferenças fiscais entre os Estados da União Europeia.*

*Segundo exemplo, se o meu país não conseguir receitas fiscais suficientes para cobrir despesas essenciais na educação, saúde ou apoio à velhice, corre o risco de pagar uma multa que pode ir até 0,5% do PIB por incumprimento das regras de governação económica.*

No entanto, 19 das 20 maiores empresas portuguesas, das que mais poderiam contribuir com os seus contributos fiscais para equilibrar estas contas públicas, optaram por transferir a sede para a Holanda ou para o Luxemburgo, para beneficiarem das vantagens fiscais que lhes são oferecidas.

Esta prática de dumping fiscal entre países que partilham o mesmo mercado e a mesma moeda torna-se insuportável aos cidadãos. A recente proposta da Comissão Europeia torna obrigatória a troca de informações entre os países da União Europeia sobre práticas de otimização fiscal. É um passo na direção certa que eu reconheço e agradeço ao Comissário Moscovici, mas é, ainda assim, insuficiente. Há uma quantidade de medidas que têm de ser tomadas de combate aos paraísos fiscais, de harmonização da base tributável para as empresas, de reporte de país a país. E o esforço que se está a exigir aos cidadãos exige também que tenhamos uma determinação no avanço desses dossiês.

O Parlamento Europeu está totalmente determinado a contribuir para essa nova modalidade de tratamento fiscal e esperamos sinceramente, para além do apoio da sociedade civil, para além do apoio da Comissão, que tenhamos o mesmo espírito de convergência da parte do Conselho. Os cidadãos é isso que exigem e é essa resposta que nós temos hoje que dar".

**Marisa Matias (CEUE/EVN)** "Senhora Presidente, o mínimo que nós podemos dizer da política fiscal atualmente é que ela é ineficiente e injusta. O que nós vimos nos últimos anos, em particular nos anos de crise, e isso torna-se mais chocante associado à austeridade, foi em nome da competitividade a uma enorme queda da taxaço do capital, seja nos lucros, seja nas receitas. Em nome da chamada consolidação orçamental, assistimos a um aumento incrível da taxaço quer do trabalho, quer do consumo, o que associado à austeridade e à recessão, só trouxe mesmo consequências muito devastadoras para a periferia da zona euro. E o resultado é que, em matéria de distribuição do rendimento e da riqueza, nós tornamo-nos cada vez mais desiguais. Assistimos também a práticas fiscais agressivas, assistimos a escândalos associados à elisão e à fraude fiscal, assim como à evasão fiscal, e vimos que a Lux Leaks é apenas a ponta do iceberg .

Os dados da Comissão Europeia mostram que os cidadãos europeus perdem um trilião de euros por ano em resultado de práticas de evasão fiscal. Como nós vimos, todos os anos também, há uma injustiça permanente. Dezanove das vinte maiores empresas em Portugal mudaram a sua sede para a Holanda ou para o Luxemburgo para não pagarem tantos impostos. Assistimos, de facto, a práticas de dumping fiscal.

O pacote que a Comissão agora propõe sobre transparência fiscal não traz nada de novo. São medidas que já existiam desde 1977 e que a Comissão não pôs em prática. E chamar transparência à troca de informações entre autoridades fiscais é, no mínimo, exagerado. Transparência era ser público".

**Miguel Viegas (CEUE/EVN)** "Este debate é um hino à hipocrisia. Governantes como o Presidente Juncker conviveram durante décadas com práticas de evasão fiscal, incentivando mesmo essas práticas, e estão agora, subitamente, muito preocupados com a justiça fiscal.

Este relatório não é mais do que uma lista de piedosas intenções que não vinculam nada nem ninguém. Aponta escândalos, mas usa formulações inócuas e inconsequentes que não apontam para o verdadeiro problema. E o problema remonta à década de oitenta, à revolução neoliberal, à privatização de setores-chave da nossa economia, criando impérios que mandam nos nossos governos e nas nossas instituições.

A redução da base tributária das empresas, a livre circulação de capitais, os paraísos fiscais, a fraude e a evasão fiscal são todas filhas da mesma doença, que é a subordinação do poder político ao poder económico, ou seja, ou mudamos isto ou tudo fica na mesma".

# Ordem do dia 25 Março de 2015

## Quarta-Feira, 25 de Março

### **15:00 - 18:30**

Reinício da sessão e ordem de trabalhos  
Conclusões da reunião do Conselho Europeu (19 e 20 de 2015) - Declarações do Conselho Europeu e da Comissão  
Discussão conjunta - Política fiscal  
Decisão aprovada relativa à Política de Transparência Fiscal - Declaração da Comissão  
Relatório Anual sobre a Fiscalidade - Relatório: Eva Kaili (A8-0040/2015)  
Assistência macrofinanceira à Ucrânia - Relatório: Gabrielius Landsbergis (A8-0056/2015)

### **18:30 - 19:00 VOTAÇÃO**

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (candidatura EGF/2014/018 GR/Attica Broadcasting) - Relatório: Georgios Kyrtos (A8-0050/2015)  
Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (candidatura EGF/2014/015 - GR/Attica Publishing activities) - Relatório: Lefteris Christoforou (A8-0051/2015)  
Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de António Marinho e Pinto - Relatório: Kostas Chrysogonos (A8-0062/2015)  
Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Ivan Jakov ic - Relatório: Tadeusz Zwiefka (A8-0059/2015)  
Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (candidatura EGF/2014/016 IE/Lufthansa Technik) - Relatório: Victor Negrescu (A8-0052/2015)  
Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Viktor Uspaskich - Relatório: Evelyn Regner (A8-0061/2015)  
Pedido de defesa dos privilégios e imunidades de Gabriele Albertini - Relatório: Andrzej Duda (A8-0058/2015)  
Assistência macrofinanceira à Ucrânia - Relatório: Gabrielius Landsbergis (A8-0056/2015)  
Relatório Anual sobre a Fiscalidade - Relatório: Eva Kaili (A8-0040/2015).

### **19:00 - 23:00**

Os recentes ataques terroristas na Tunísia - Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança  
Discussão conjunta - Taxas mínimas de remuneração aplicáveis ao setor dos transportes 3  
Condições de emprego, incluindo taxas mínimas de remuneração aplicáveis ao setor dos transportes - Pergunta oral (O-000019/2015 - B8-0106/2015)  
Conformidade das disposições alemãs com a legislação europeia sobre o salário mínimo no setor dos transportes - Declaração da Comissão  
Dia Internacional dos Roma - hostilidade contra os ciganos na Europa e reconhecimento, pela UE, do dia em memória do genocídio dos Roma durante a Segunda Guerra Mundial - Declarações do Conselho e da Comissão  
Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)